

Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou PL 2531 que cria Piso Nacional dos Funcionários

No dia 24 de abril, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em Brasília, aprovou a tramitação do Projeto de Lei 2531/2021, que institui o Piso Nacional Profissional dos Funcionários técnicos, administrativos e operacionais. O PL será enviado para análise da Câmara para ser colocado em votação.

A votação foi marcada pela forte presença de diversas entidades sindicais, que foram a Brasília de várias partes do país para pressionar os deputados. A pressão também aconteceu por meio dos movimentos populares que encheram de mensagens as redes sociais dos deputados, percorreram gabinetes e no próprio plenário da Comissão de Educação. A mobilização deu certo e o projeto foi aprovado por unanimidade e agora seguirá agora para as demais comissões.

A aprovação agora é fruto de muita luta dos funcionários das escolas. Em outubro de 2023, a direção do Sepe, representada pela Secretaria de Funcionários do sindicato e mais dois representantes da base, foi a Brasília para uma audiência pública com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados sobre o PL. A reunião contou com a participação de representantes do Coletivo de Funcionários da CNTE.

No dia 22 de maio, o Sepe participou da Marcha da Classe Trabalhadora a Brasília. Neste dia, representantes da Comissão de Funcionários do Sepe foram ao Congresso pressionar pela aprovação do PL 2531 nas demais comissões que ainda precisam dar o aval para que o Projeto de Lei seja enviado ao Plenário da Câmara dos Deputados. ■



Ato na Câmara, em 16/05, apoia o PL 2531

Audiência Pública na Câmara de Vereadores no dia 17/6 debaterá adoecimento das cozinheiras na rede municipal

A Frente Parlamentar em Defesa da Saúde dos Trabalhadores convoca os profissionais de educação para a audiência pública sobre "Adoecimento em Massa das Cozinheiras Escolares (Merendeiras) da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. A audiência será realizada no dia 17 de junho, no auditório da Câmara Municipal, às 18h.

O Sepe lembra a categoria sobre a importância de participar desta audiência, já que a questão da sobrecarga de trabalho e péssimas condições nas cozinhas das escolas municipais e o adoecimento das cozinheiras é um tema recorrente nas audiências com a SME-RJ. O evento terá transmissão da TV Câmara pelo [youtube.com/tvcamarario](https://www.youtube.com/tvcamarario). ■



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br

[instagram.com/sepe_rj](https://www.instagram.com/sepe_rj)

[facebook.com/Seperj](https://www.facebook.com/Seperj)

[youtube.com/SepeRJoficial](https://www.youtube.com/SepeRJoficial)

twitter.com/RjSepe



bit.ly/SejaSepe



INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO REDE MUNICIPAL RJ

Nº 38 | Finalizada em: 04/06/2024

NESTE BOLETIM:

- Sepe lança formulário de sindicalização 100% online. Pág. 2
- Pela aprovação do PL 2531, do piso nacional dos funcionários. Pág. 4



ASSEMBLEIA DA REDE MUNICIPAL RJ

QUINTA
13/06 - 18H
AUD. SEPE-RJ

Salários da rede têm apenas 82,31% do poder aquisitivo de março de 2019

O Sepe/Dieese publicou estudo com o comportamento dos salários da rede municipal de Educação do Rio de Janeiro, relativo aos vencimentos de maio: no período de 1º de março de 2019 a 30 de abril de 2024, os salários foram reajustados em 10,89%, o que fez com que os salários, em 30 de abril, mantivessem apenas 82,31% do poder aquisitivo que tinham em 1º de março de 2019 (INPC-IBGE).

Assim, para que os salários em 1º de maio de 2024 retornassem ao mesmo poder de compra de 1º de março de 2019, o reajuste necessário sobre os

vencimentos de abril de 2024 seria de 21,49% (INPC-IBGE) e de 21% (IPCA-IBGE).

O Sepe repudia o reajuste salarial irrisório concedido pela prefeitura em 2024, que ignora as perdas salariais dos servidores municipais de mais de 21%, contando desde 2019 – reajuste que também não levou em consideração a perda nominal nos salários decorrente do aumento do desconto previdenciário de 11% para 14% a partir de julho de 2021.

Vamos manter a campanha salarial 2024, com a exigência de reposição de todas as perdas! ■

PRINCIPAIS PONTOS DA PAUTA

- Pagamento imediato das perdas salariais com base no índice de reajuste apontado pelo Dieese como eixo para campanha salarial;
- Pela construção do plano de carreira unificado da educação segundo o PME;
- Reajuste do auxílio alimentação e do auxílio transporte, e que seja garantido à todos os profissionais de educação;
- Convocação dos concursados no banco, migração e novos concursos públicos de todos os cargos para suprir a carência – contra a contratação sem concurso público e contra a terceirização.

REAJUSTE NECESSÁRIO PARA COBRIR PERDAS SERIA DE 21,5%

Os servidores municipais vêm sendo enormemente arrojados em seus salários nos últimos anos. Segundo o Sepe/Dieese, o reajuste necessário para recuperar o salário dos profissionais de educação seria de 21,49% (INPC-IBGE) e de 21% (IPCA-IBGE) – veja o quadro ao lado.

Contra essa realidade perversa, o Sepe convocou a categoria para o ato de protesto no dia 9 de maio, na porta da prefeitura, em uma manifestação unificada com servidores de outras categorias. No protesto, os servidores cobraram do prefeito uma reposição salarial justa; concurso público; a convocação dos aprovados em concursos; o descongelamento dos triênios e repudiaram o calote do "Acordo de Resultados". ■

Reajuste salarial no período (MARÇO/2019 - MAIO/2024)	10,89%
INPC-IBGE acumulado no período	34,72%
Perda salarial até 30/04/24	-17,69%
Reajuste necessário em 01/05/24	21,49%
IPCA-IBGE acumulado no período	34,18%
Perda salarial até 30/04/24	-17,35%
Reajuste necessário em 01/05/24	21,00%

FONTE: Sepe/Dieese

Sepe se solidariza com educadores do Paraná em luta contra privatização

FOTO: ALTVISTA / APP-SINDICATO



No dia 03 de junho foi aprovado na Assembleia Legislativa do Paraná, em regime de urgência, um projeto de lei que abre as portas para a privatização da educação pública no Estado. Os trabalhadores da educação em greve, com apoio dos estudantes, fizeram um grande protesto contra tal projeto, ocupando a Assembleia e acampando em frente ao parlamento paranaense. Diante da ação, os deputados se acovardaram numa votação online e por 39 X 13 aprovaram o famigerado Projeto de Lei.

Assim como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), fazemos coro contra a privatização da gestão escolar, que avança em estados

como Paraná e São Paulo e que tem sido pauta da imprensa.

A privatização não é solução para os problemas da educação. Ao contrário, é a porta para sua destruição, uma solução fácil vendida por privatistas e bolsonaristas - como já fizeram com luz, telefonia, água e até as praias, que desejam privatizar. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), apoiadores do ex-presidente Bolsonaro e alinhados ao projeto de extrema-direita derrotado em 2022 para a Presidência da República, assim como o governador de Minas, Romeu Zema (Novo), têm a intenção de privatizar a gestão das escolas e das

redes de ensino.

Para a confederação, esta é a principal ameaça à educação pública dos últimos anos: na impossibilidade de ampliar o mercado das escolas privadas na educação básica, como aconteceu no ensino superior no Brasil na década de 1990, os privatistas se voltam, agora, para as redes estaduais e também para escolas municipais. O interesse nesse projeto se encontra nas verbas hoje destinadas ao setor da educação pública.

O Sepe se solidariza com os educadores do Paraná e convoca profissionais da educação do RJ a se mobilizarem contra mais um ataque à educação pública e contra a classe trabalhadora. ■



ATO-MANIFESTO No dia 04 de junho, o Coletivo de Aposentadas(os) da Capital realizou um ato nas escadarias da Câmara Municipal carioca, com ida aos gabinetes e entrega da carta-manifesto e divulgação da campanha "Tirem as mãos da nossa Previdência". A próxima plenária do Coletivo da Capital será no dia 02/07, às 14h, no Sepe.

Secretaria de Aposentadas(os) se reuniu com o Ministério da Previdência

A Secretaria de Aposentados do Sepe se reuniu com o Ministério da Previdência, em Brasília, no dia 23 de maio. Pelo ministério, estiveram presentes o secretário do Regime Próprio Complementar, Paulo Roberto dos Santos Pinto, e o diretor do Departamento de Regimes de Previdência Pública, Alex Albert Rodrigues. O encontro tratou da agenda de debates sobre o Previ-Rio, do município, e o Rioprevi-dência, do Estado.

Na reunião, foram discutidas formas de proteger os fundos previdenciários do Estado do Rio de Janeiro contra os riscos de operações pouco transparentes da parte de gestores. O Sepe reafirmou a necessidade de que a parte patronal tenha responsabilidade com a sustentabilidade de nossos fundos.



A Secretaria de Aposentadas(os) do Sepe apresentou para os assessores do ministro Carlos Lupi os objetivos da campanha "Tirem as mãos da nossa Previdência", lançada com um ato de protesto realizado na Cinelândia no mês de novembro de 2023. A campanha visa garantir o funcionamento dos diversos sistemas próprios de previdência (estadual e municipais), os quais se encontram ameaçados hoje em dia por causa da malversa-

ção das verbas que se originam da contribuição mensal destes milhares de trabalhadores.

Ficou acordado que o Sepe enviará documentos a serem analisados pela equipe do Ministério sobre o Previ-Rio e o RioPrevidência. Será acertada uma agenda para que o sindicato mantenha o contato com o governo federal para tratar da defesa de nossos fundos previdenciários, incluindo aqueles referentes às demais prefeituras. ■

Sindicalize-se! Seja Sepe!

Sepe inaugura página de sindicalização 100% online

No dia 15 de maio, o site do Sepe estreou novo recurso, uma página de sindicalização online, disponível em www.seperj.org.br/sindicalizacao. Por um formulário simples, o(a) profissional de Educação pode completar todas as etapas do processo de sindicalização, digitalmente, precisando apenas de cópia de contracheque recente (pdf ou jpg).

A tecnologia é um avanço para o sindicato, pois facilita o processo de sindicalização, que passa a ser feito em poucos minutos. Até então, era necessário que o(a) profissional fizesse download de um arquivo PDF com o formulário, preenchesse e entregasse assinado ao Sepe. Agora, todo o processo - incluindo a assinatura - poderá ser feito via computador, tablet ou celular, com se-

gurança. Os dados são remetidos diretamente ao Centro de Processamento de Dados (CPD Sepe).

O formulário, disponível pelo QR CODE ao lado, será uma plataforma importante na campanha de sindicalização que o Sepe está lançando com o slogan "Sindicato forte se faz com todo mundo! Sindicalize-se. Seja Sepe!", voltada a profissionais da rede estadual e da rede municipal RJ. ■

SINDICATO FORTE SE FAZ COM TODO MUNDO

Sindicalize-se! Seja Sepe!



bit.ly/SejaSepe

